

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CRIMINAL DA COMARCA DE UBERABA**

Procedimento Investigatório Criminal n.º: 0701.21.000235-1

Data dos fatos: janeiro de 2021 a abril de 2022.

Autor: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Representado: **FRANKLIN RODRIGO FERREIRA**

Natureza: crime contra as finanças públicas

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA

AOS AUTOS DE CAUTELAR Nº. 0701.21.0061969

Meritíssimo Juiz:

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do órgão de execução titular da 15ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberaba/MG, de um lado, e, de outro, **FRANKLIN RODRIGO FERREIRA**, brasileiro, casado, servidor público municipal, CPF 013.069.256-57, residente na Av. Harif Wazir, nº 174, Bairro Jardim Ipiranga, cidade Uberaba, CEP 38.046-660, endereço eletrônico frankregiana@gmail.com, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, assistido e acompanhado por sua Advogada/Defensora, a qual subscreve o presente, nos autos em epígrafe e observadas as disposições do artigo 28-A do Código de Processo Penal, e



CONSIDERANDO o disposto nos artigos 127, *caput*, 129, inciso I, ambos da Constituição Federal de 1988, bem como nos artigos 26 da Lei Federal n.º 8.625/93, e 67 da Lei Complementar Estadual n.º 34/94;

CONSIDERANDO as disposições constantes das Resoluções n.º 181/17 e n.º 183/18, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o acordo de não persecução penal como instrumento de aprimoramento do sistema de justiça criminal visando à célere resolução dos conflitos penais de forma consensual;

CONSIDERANDO que, da atenta análise dos autos e consoante *opinio delicti* firmada pelo Ministério Público, emerge a prática, em tese, pelo **Compromissário**, da infração penal prevista no artigo 359-D, do Código Penal, cuja pena privativa de liberdade mínima cominada é inferiores a 04 anos;

CONSIDERANDO que o **Compromissário**, de forma livre e consciente, confirma a prática do referido ilícito, não sendo caso, ademais, de arquivamento;

CONSIDERANDO que o **Compromissário** não é reincidente nem criminoso habitual, não foi beneficiado com acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo nos últimos 05 anos, contados retroativamente da assinatura deste termo, nem praticou o referido ilícito em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, não se enquadrando, portanto, em quaisquer das vedações legais à celebração do presente ajuste (art. 28-A, §2º, do Código de Processo Penal);

CONSIDERANDO, por fim, que a celebração e o cumprimento do presente acordo, em todas as suas cláusulas, mostram-se medidas adequadas, suficientes e necessárias à repressão e prevenção do ilícito penal apurado nos autos em epígrafe, correspondente ao período de janeiro de 2021 a abril de 2022, inclusive porque o **Compromissário** também está firmando ANPC, que será submetido a aprovação do CSMP e homologação judicial perante uma das Varas Cíveis desta Comarca (cópia anexa);

RESOLVEM formalizar e firmar o presente Acordo de Não Persecução Penal, mediante as seguintes condições livremente pactuadas entre Ministério Público e o **Compromissário**:

DO OBJETO:

Cláusula 1ª: O presente acordo de não persecução penal tem por objeto o fato subsumido à hipótese típica prevista no artigo 359-D do Código Penal, perpetrado nas condições temporais, espaciais e modais constantes do PIC, infração penal esta que, consideradas todas as suas circunstâncias fáticas e legais, inclusive as eventuais causas de aumento ou redução de pena, bem assim aquelas decorrentes de concurso material, concurso formal e continuidade delitiva, autoriza a formalização deste acordo, nos termos dos enunciados sumulados n.º 243 do STJ e n.º 723 do STF;

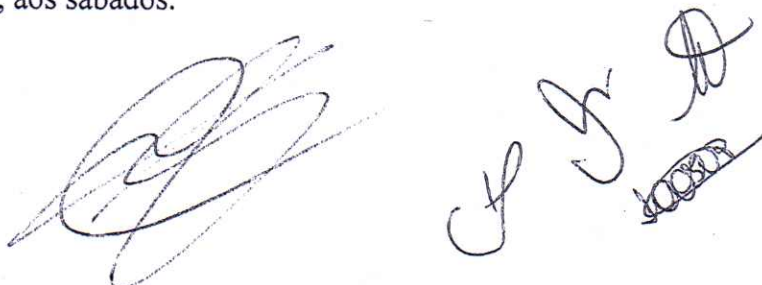
DA CONFISSÃO:

Cláusula 2ª: Devidamente assistido e acompanhado por sua Advogada/Defensora, e como condição essencial para a celebração do acordo, o **COMPROMISSÁRIO** firma o reconhecimento das irregularidades apuradas no PIC em epígrafe, assinando o presente termo;

DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS:

Cláusula 3ª: O **Compromissário** obriga-se a cumprir apresentação de serviços gratuitos à comunidade, durante 3 (três) meses, por 4 (quatro) horas semanais.

Parágrafo único – preferencialmente, a medida será cumprida junto a estabelecimento de atendimento ao idoso, aos sábados.



**DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL
DESCUMPRIMENTO DO PRESENTE ACORDO**

Cláusula 4ª: O descumprimento, pelo Compromissário, de quaisquer das obrigações resultará, se for o caso, no pedido ao juízo competente de rescisão deste acordo, com a consequente propositura de ação pelo Ministério Público, podendo o inadimplemento ser invocado como justificativa para a não formulação de proposta de suspensão condicional do processo (art. 28-A, §§ 10 e 11, do Código de Processo Penal), além da confissão firmada pelo Compromissário ser utilizada como suporte probatório para a promoção da ação penal respectiva;

**DAS CONSEQUÊNCIAS DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO
ACORDO**

Cláusula 5ª: Cumprido integralmente o presente acordo, o Ministério Público obriga-se a requerer perante o juízo competente a decretação da extinção da punibilidade do **Compromissário** (art. 28-A, § 13, do Código de Processo Penal);

DA SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL

Cláusula 6ª: Enquanto não cumprido ou não rescindido o presente acordo de não persecução penal, o prazo de prescrição ficará suspenso, nos moldes do artigo 116, inciso IV, do Código Penal;

DA DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO AJUSTE

Cláusula 7ª: Para fins de fiel observância das disposições previstas no artigo 28-A, *caput* e parágrafos, do Código de Processo Penal, acompanhado e assistido por sua Advogada/Defensora, o Compromissário declara, livre e expressamente, ciência e aceitação do presente acordo, assinando-o em todas as suas páginas, ficando ainda esclarecido que a celebração e o seu cumprimento não constarão da certidão de antecedentes criminais,


exceto para fins do pressuposto negativo previsto no artigo 28-A, §2º, inciso III, do Código de Processo Penal;


DA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO

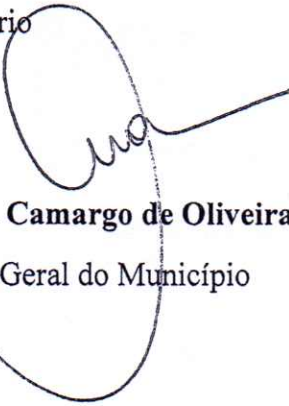
Cláusula 8ª: Para que sejam produzidos seus efeitos jurídicos e legais, o presente acordo é submetido à apreciação do juízo competente.


Nada mais. Para constar, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelo Compromissário, sua advogada, pela Procuradora-Geral do Município, pela Controladora-Geral do Município de Uberaba e pelo Promotor de Justiça signatário.

Uberaba, 20 de abril de 2023.


Franklin Rodrigo Ferreira
Compromissário


Leide Léa Rodrigues da Cunha Pádua
OAB/MG 182.501


Júnia Cecília Camargo de Oliveira
Controladora-Geral do Município


Fabiana Gomes Pinheiro Alves
Procuradora-Geral do Município


José Carlos Fernandes Júnior
Promotor de Justiça